

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.046.987 - GO (2017/0015846-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BRUNO LEÃO HIZIM
AGRAVANTE : LUDMILA LEO HIZIM
AGRAVANTE : ANTONIO ABRAO HIZIM
AGRAVANTE : MARIA CELIA LEO NETO
ADVOGADOS : CRISTHIANNE MIRANDA PESSOA - GO019465
LUIS EDUARDO OLIVEIRA ALEJARRA - DF039534
GABRIEL MACHADO DE OLIVEIRA - DF052626
AGRAVADO : RAIMUNDO TELES DE ALMEIDA
ADVOGADO : LENIO CESAR GODINHO JUNIOR - GO024761

DECISÃO

Na petição de fls. 807/820 (e-STJ), a parte ANTONIO ABRÃO HIZIM se opõe ao julgamento virtual do feito, sob o argumento de que o feito precisa de uma apreciação mais detida **das razões ora apresentadas**.

É o breve relatório.

Decido.

1. Sem prejuízo do acurado exame dos demais integrantes do colegiado, não se vislumbra, por ora, circunstância que justifique a retirada do presente feito da sessão virtual de julgamento. A rigor, esse procedimento não implica prejuízo às partes ou supressão de análise mais detida, posto que lhes é permitida, ainda assim, a apresentação de memoriais. Quanto ao exame do processo, é de se ressaltar que o julgamento virtual se estende por tempo muito superior àquele compreendido na sessão presencial, permitindo aos julgadores, durante todo esse período, acesso ao conteúdo integral do voto do relator e dos respectivos autos.

Caso verificada, durante a sessão, a necessidade de debate ou esclarecimento de alguma matéria, **inclusive a questão ora noticiada**, os eminentes pares poderão destacar o processo para a sessão presencial, nos termos do regimento interno.

2. Do exposto, **indefiro** o pedido de retirada de pauta.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator